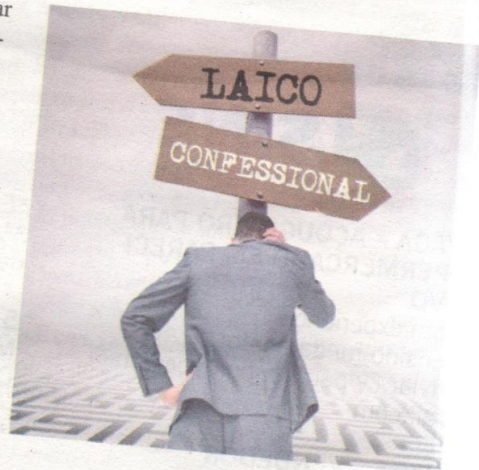


Pastores nos conselhos

Não é Guerra Santa

Pastores evangélicos podem ou não podem participar da composição dos conselhos municipais? Esta pergunta vem despertando acalorados – mas rasos – debates nas redes sociais desde a última semana. O motivo é um conjunto de projetos de lei que pretende incluir um representante do Conselho de Pastores Evangélicos de Montenegro, o Copem, em sete destes órgãos de aconselhamento. Os chamados defensores do Estado laico – a total separação da igreja e da estrutura governamental – entendem que se trata de um erro. Outros até concordam com a medida, desde que seja estendida a mesma oportunidade a católicos, budistas, espíritas e aos representantes das religiões de matriz africana. A gritaria é tão grande que alguns vereadores, claramente favoráveis à medida, já não demonstram a mesma convicção.



Aconselhamento - É claro que o assunto é importante, mas está longe de ser a “guerra santa” que algumas pessoas parecem dispostas a fomentar. Primeiro, porque os conselhos, como o próprio nome indica, são estruturas de aconselhamento e todas as suas decisões precisam ser ratificadas pelo Executivo. Segundo porque todos eles possuem, pelo menos, dez membros. Dificilmente a vontade de um líder evangélico prevalecerá se não vier revestida de lógica e bom senso. Considerá-los “perigosos” seria colocar em dúvida a capacidade dos diversos outros componentes.

Ajuda - Segundo a Administração Municipal, a maioria das igrejas representadas pelo conselho dos pastores possui projetos de grande alcance social, voltados, por exemplo, ao enfrentamento às drogas e à promoção da vida. Seus líderes se colocaram à disposição do governo para colaborar. Se tivessem encontrado a porta fechada, a crítica seria ainda maior.

Ausentes - Também não se pode esquecer que alguns conselhos enfrentam grandes dificuldades de quórum porque seus membros aceitam o convite para participar e depois não comparecem aos encontros. Um deles é o dos Povos de Terreiro, que congrega justamente as religiões de matriz africana. Está inativo desde 2018.

Formato - A Administração talvez tenha cometido um erro de formato. Ao invés de oferecer espaço ao conselho de pastores, poderia ter nomeado representantes dos programas sociais que as igrejas desenvolvem. Não haveria polêmica.

Voto evangélico - Os adversários do prefeito Kadu Müller enxergam aí uma tentativa de atrair o voto dos evangélicos. Talvez até seja, mas devem tomar cuidado com a forma como reclamam. Não podem usar o argumento do Estado laico para a política municipal e apoiar a presença de lideranças evangélicas no ministério do presidente Bolsonaro, onde, inclusive, têm poderes sobre o destino de bilhões de Reais. Aliás, se a participação de pastores em conselhos é um problema ante à necessidade de separar totalmente a Igreja e o Estado, os crucifixos na parede dos órgãos públicos também não são? Devagar com o andar, pois o santo é de barro.